

CEP 36.225-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº094/2023

O MUNICÍPIO DE IBERTIOGA, ESTADO DE MINAS GERAIS, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o nº. 18.094.839/0001-00, com sede na Rua Evaristo de Carvalho, nº 56, Centro, na cidade de Ibertioga-MG, neste ato representado Sr. Ricardo Marcelo Pires de Oliveira, portador do CPF: 330.162.406-53 e C.I. M3048476 - Expedida por SSP/MG, residente e domiciliado neste município, nos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS -PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2023, RESOLVE registrar os preços da EMPRESA: MECANICA E USINAGEM RIONOVENSE LTDA-ME inscrita no CNPJ sob o nº 08.531.536/0001-45, adiante denominada simplesmente CONTRATADA, com sede à Rua Pau Brasil, Nº 154 Box 01 E 02, Bairro Vale Das Mangueiras na cidade de Rio Novo Estado de Minasgerais CEP, neste ato representada por ELISANGELA HUNGARO REZENDE, inscrita no CPF de nº 055.166.476-22, portadora da Carteira de Identidade nº MG-12.855.532 SSP MG, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto Municipal nº 1.765 de 30 de março de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto a contratação por registro para prestação de serviços mecânicos de natureza especializada para manutenção preventiva e corretiva nos veículos, máquinas do Município de Ibertioga-MG, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PAGAMENTO

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	Marca	Quant.	Proposta unitária (R\$)	Valor total (R\$)
26	PRESTAÇÃO SERVIÇOS - SERVIÇOS DE MECANICAAUTOMOTIVA EM GERAL- MÁQUINAS PESADAS -	PRÓPRIA	2000	163,00	326.000,00
Total Fornecedor (R					326.000,00

2.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de <u>até 15 (quinze) dias úteis</u>, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente aprovada, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

2.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrata.

Lungaro

contratante atestar a execução do objeto do contrato.



CEP 36.225-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

- A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.
- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária 2.6. para pagamento.
- Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção 2.7. das condições de habilitação exigidas no edital.
- Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá 2.9. comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que 2.11. se decida pela rescisão da Ata de Registro de Preços, caso a contratada não regularize sua situação.
- Será rescindida a Ata de Registro de Preços em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PRECOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir a data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, REVISÃO E CANCELAMENTO

Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do 5.1. Hungaro

(AST)



CEP 36.225-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

contratado/Registro de Preços e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato/proposta, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

- 5.1.2. Somente será permitido equilíbrio econômico financeiro, quando a detentora contratada comprovar, por meios de documentos legais e legítimos tais como: notas fiscais, planilha de custo e outros, que efetivamente ocorreu alterações econômicas significantes nos encargos assumidos.
- As meras variações de mercado, quais não impactam significativamente no preço 5.1.2.1. inicialmente proposto, serão consideradas fatos previsíveis de consequências calculáveis.
- 5.1.3. Não será concedido o equilíbrio econômico financeiro durante o período de validade da proposta, que para fins de contagem iniciar-se-á na data de abertura da sessão pública de julgamento das propostas.
- A REVISÃO DOS PREÇOS pela Administração ocorrerá por meio de pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 5.2.1. A(s) Secretaria(s) Requisitante(s) serão as responsáveis para realizar as pesquisas de mercado e solicitar a revisão dos preços sempre que houver necessidade.
- 5.2.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, cabendo à Administração convocar o(s) fornecedor(es) para negociação.
- 5.2.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 5.2.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 5.2.5. Não havendo êxito nas negociações, a Administração poderá convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. Não havendo acordo deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O registro do fornecedor será cancelado quando: 5.3.

- 5.3.1. o fornecedor descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 5.3.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável:
- 5.3.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado: ou
- 5.3.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo com a administração municipal.
- 5.3.5. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.3.1, 5.3.2 e 5.3.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 5.3.6. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e Mungaro justificados:

Africa .



CEP 36.225-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

5.3.6.1.

por razão de interesse público; ou

5.3.6.2.

a pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Compreende-se como veículos leves os veículos de passeio com carroceria/monobloco tipo hatch ou sedã, as pick-ups leves e furgões leve (gasolina).

Compreende-se como veículos médios, as vans (diesel), furgões, pick-ups médias, e aqueles conhecidos como comerciais (diesel) leves ou ligeiros.

Compreende-se como veículo tipo caminhão aqueles veículos destinados ao transporte de cargas e que excedem o Peso Bruto Total de 3.500kg.

Compreende-se como veículo tipo ônibus aqueles veículos destinados ao transporte de passageiros e que excedem o Peso Bruto Total de 3.500kg.

Compreende-se como máquinas pesadas, aqueles veículo destinados à atividades de agricultura como aração, plantio, colheita, etc; e aqueles destinados à atividades de terraplanagem.

Compreende-se como implementos agrícolas, aqueles equipamentos destinados à atividade de plantio, colheita, preparação de solos, bem como os destinados a atividades de terraplanagem, sem propulsão própria, operando como acessório de veículo ou máquina principal.

Compreende-se como manutenção preventiva: Entende-se por manutenção preventiva as revisões e serviços de caráter preventivo determinadas pelo fabricante e explicitadas no manual do proprietário com a finalidade de avaliar as condições para o perfeito funcionamento dos veículos, além de detectar possíveis desgastes em peças, acessórios e outros elementos, objetivando manter o veículo em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas específicas, incluindo as trocas autorizadas de peças que se fizerem necessárias ao seu bom funcionamento.

Compreende-se como manutenção corretiva: Entende-se por manutenção corretiva as revisões e serviços de caráter corretivo, não previstas no manual do proprietário, mas que existem em função de adversidades em função de uso da unidade automotora, para possibilitar a reparação de defeitos e falhas em qualquer parte do veículo, bem como serviços de mecânica, lanternagem, eletricidade, capotaria, vidraçaria, lubrificação (troca de óleo), retífica, borracharia, pintura, que se façam necessários para tornar operacional o veículo. Esses serviços deverão ser executados de acordo com a necessidade verificada na unidade automotora.

- 6.1 Efetuar manutenção preventiva e corretiva, nos veículos, máquinas e equipamentos do município;
- 6.2- A contratada deverá realizar no mínimo 03 (três) visitas semanais ao município em horário comercial de funcionamento do órgão, a fim de realizar vistoria para realização de manutenção preventiva nos veículos, devendo ao final de cada visita apresentar relatório detalhado dos reparos necessários para posterior aprovação do fiscal do contrato.
- 6.3. Entende-se por manutenção preventiva as revisões e serviços de caráter preventivo determinadas pelo fabricante e explicitadas no manual do proprietário com a finalidade de avaliar as condições para o perfeito funcionamento dos veículos, além de detectar possíveis desgastes em peças, acessórios e outros elementos, objetivando manter o veículo em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas específicas, incluindo as trocas autorizadas de peças que se fizerem necessárias ao seu bom funcionamento.
- 6.4. Disponibilidade de 24 horas por dia e durante 07 dias da semana, nos casos de emergência, onde terá um prazo de 2 (duas) horas para atendimento, após o chamado e de 04 (quatro) horas nos casos Espuingaro convencionais.

Jan.



CEP 36.225-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

- 6.6. Todos os custos deverão estar inclusos, como custos com mão-de-obra, equipamentos, ferramentas e demais instrumentos de trabalho, bem como taxas, impostos e outro tributos;
- 6.7. É de responsabilidade do município, fornecer para a contratada, as peças solicitadas para à execução dos serviços.
- 6.8. Somente poderá contratar com o Município de Ibertioga, as empresas que possuírem oficinas legalmente sediadas em distância não superior a 170km, para os lotes 4, 23 e 26.
- 6.8.1. Para os itens 01, 02, 03, 05, 06, 21, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 as empresas que possuírem oficinas legalmente sediadas em distância não superior a 40km percorridos a contar da sede da Prefeitura Municipal de Ibertioga-MG, de modo a atender ao princípio da economicidade e da eficiência. A redução do raio para 40 (quarenta) km tem o potencial de melhorar a gestão sobre as manutenções da frota de veículos oficiais do município, reduzindo as despesas e facilitando o controle de todas as etapas do processo de manutenção dos veículos, desde a entrada na oficina até sua retirada pelo município. Acrescenta-se a isso a efetividade do acompanhamento da prestação dos serviços, facilitando a periodicidade de visitas de profissional do município para controle dos orçamentos apresentados, levantamento de reparos a serem executados, etc.
- 6.8.2. Para os itens 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22 empresas prestadoras de serviços de borracharia sediadas e devidamente instaladas na área urbana do município de Ibertioga/MG.
- 6.8.3. O Município de Ibertioga, através do fiscal do contrato realizará visita à oficina, a fim de verificar se possuem os equipamentos exigidos no termo de referência.
- 6.9. Os defeitos a serem reparados serão preferencialmente identificados e indicados pela contratante.
- 6.10. Quando o Município não puder ou não conseguir identificar os defeitos a serem reparados, bem como indicar as peças a serem trocadas, ficará a cargo da contratada, sem ônus para a prefeitura, descobrir/identificar o defeito veicular, listar as peças a serem adquiridas e solicitar que o município providencie o fornecimento.
- 6.11. Caso a contrata solicite erroneamente alguma peça, será de inteira responsabilidade da mesma arcar com o seu erro, de forma que não fará jus ao recebimento do serviço, bem como estará sujeita a ressair o município por eventual prejuízo causado;
- 6.12. O prazo para início da prestação dos serviços será de até 24 (vinte e quatro) horas úteis, a contar da data de emissão da ordem de serviços;
- 6.13. Qualquer imprevisto que impeça o início do serviço, no prazo determinado acima, deverá ser motivado e justificado pela contratada.
- 6.14. O Município poderá, a sua escolha, utilizar o sistema Tempário (http://www.tempario.com.br/) ou outra tabela de tempo e serviço, reconhecida por órgãos públicos, para fiscalizar o tempo de reparo que cada serviço demanda, podendo, inclusive recusar os serviços cujos tempos sejam superiores aos padronizados, exceto nos casos supervenientes devidamente comprovados.
- 6.15. A aferição do tempo de serviço também poderá ocorrer por meio de funcionário indicado pela Administração para acompanhar e cronometrar o tempo gasto.
- 6.16. Não serão computadas na hora de trabalho da contratada as paralizações enquanto se aguarda a chegada de peças, intervalos de café e almoço de funcionário, bem como o tempo gasto para la gas identificação de defeitos no veículo.



CEP 36.225-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

- 6.17. O serviço terá garantia mínima de 90 (noventa) dias para mão de obra, a contar da data de recebimento do mesmo.
- 6.18. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços, constatar e relacionar os arremates, retoques, revisões finais e refazimentos que se fizerem necessários.
- 6.19. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada serviço, o fiscal da contratante irá apurar o resultado da execução do objeto e a qualidade da prestação dos serviços realizados a fim de aprovar ou recusar os trabalhos em todo ou parcialmente;
- 6.20. O Fiscal também observará se foram utilizadas todas as peças fornecidas pelo Contratante ou se foram devolvidas as não utilizadas.
- 6.21. No caso de recusa total ou parcial do serviço, respeitado o direito a ampla defesa e ao contraditório, a Contratada se obrigada a devolver, reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, os serviços rejeitados em razão de vícios, defeitos ou incompletos, podendo o Contratante suspender os pagamentos devidos até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 6.22. Decorridos 30 (trinta) dias da entrega do serviço, com o regular funcionamento do veículo/máquina, o objeto será considerado recebido definitivamente.
- 6.23. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui nem reduz as responsabilidades assumidas pela Contratada.
- 6.24. A Contratante poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a Contratada a executar ou fornecer o que for aprovado em todo ou em parte.
- 6.25. A empresa deverá possuir equipamentos de análise eletrônica e diagnóstico para análise e leitura das partes elétricas e eletrônicas dos veículos bem como:
 - a) Multimetro:
 - b) Scanner automotivo:
 - c) Osciloscópio digital ou analógico;
 - d) Medidor de pressão do sistema de arrefecimento;
 - e) Medidor de compressão e vazão de cilindros;
 - f) Medidor de pressão para sistema de injeção eletrônica;
 - g) Medidor de vazão da bomba de combustível;
 - h) Equipamento para limpeza e regulagem de bicos injetores;
 - i) Elevador de veículos;
 - j) Macaco para motor e
 - k) Outros equipamentos essenciais para o bom desempenho dos serviços.

7. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante da secretaria requisitante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou problemas observados, além de verificar se os serviços estão de acordo com as exigências licitadas, bem como se estão em perfeitas condições de uso.

(Qu



CEP 36.225-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

- 7.2. O representante da Administração indicará na anotação o dia, mês e o ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos e encaminhará os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis (quando necessário).
- 7.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA/DETENTORA 8.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 8.1.1.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços e no Edital e seus anexos;
- 8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 8.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

8.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/DETENTORA

- 8.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços e Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.2.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante e modelo.
- 8.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.2.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos ou entregue desconforme;
- 8.2.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitam o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.2.7. Indicar preposto para representá-la durante a vigência da contratação.

Springaro



CEP 36.225-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

9. SANÇÕES E PENALIDADES

- 9.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 9.2.3. não assinar a Ata de Registro de Preços ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 9.2.4. apresentar documentação falsa;
- 9.2.5. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 9.2.6. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 9.2.7. não mantiver a proposta;
- 9.2.8. cometer fraude fiscal;
- 9.2.9. comportar-se de modo inidôneo;
- 9.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 9.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 9.4.3. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 9.4.4. **Multa moratória de 2% (dois por cento)** por dia de atraso injustificado, sobre o valor da parcela inadimplida, tolerável até o limite de 05 (cinco) dias corridos. Caso a contratada/detentora, no decorrer deste prazo, não realizar a entrega integral/completa do pedido, sem justificativa aceita pela Administração, o Município poderá rescindir a Ata de Registro de Preços ou contrato, aplicando as demais penalidades e sanções cabíveis.
- 9.4.5. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 9.4.6. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 9.4.7. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 9.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 9.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 9.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração Municipal poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 9.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

for offeringano

DE 01-03-1963

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBERTIOGA

CEP 36.225-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

9.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10. CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 10.2. É eleito o Foro da Comarca de Barbacena/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta licitação e seus demais atos, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Município de Ibertioga/MG, 15 de agosto de 2023.

RICARDO MARCELO PIRES DE OLIVEIRA

CNPJ nº 18.094.839/0001-00

CPF n° 330.162.406-53

PREFEITO MUNICIPAL

MECANICA E USINAGEM RIONOVENSE LTDA-ME

CNPJ n° 08.531.536/0001-45 ELISANGELA HUNGARO REZENDE

CPF n° 055.166.476-22

Testemunha 01:

CPF: 330 504

Testemunha 02:

CPF: 007. 213.346.- 40